

Memória da Reunião da Comissão Intersectorial de Recursos Humanos do CES/PR

Presentes: Soraia Reda Gilber (SINDSAÚDE), Maria Leonor F. Paulini (SESA), Amélia Cabral Alessi (PASTORAL DA CRIANÇA), José de Albuquerque Arruda (ABO), Patrícia Woitchik da Silva (CRMV).

Justificou: Gerson Luiz Ferreira Filho (SESA).

Data: 23/09/2009

Horário: Início 14:00 horas.

Analisou-se primeiramente a demanda do processo nº 07.588.484-2, solicitada por esta comissão cuja resposta veio da SESA em resposta ao ofício de nº 042/09 do CES para a SESA. A comissão analisou os seguintes dados:

1-A SESA respondeu o primeiro questionamento quanto ao levantamento dos últimos concursos públicos sobre o montante de funcionários chamados, sua lotação e seus cargos e funções.

Este questionamento da comissão seria para dar subsídio à demanda de novo concurso amplo e geral para a SESA o que acabou acontecendo no decorrer deste processo e será realizado dia 25 de outubro de 2009.

2-O questionamento do Seminário da Mesa Permanente de Negociação do SUS. Essa reunião deveria ocorrer no mês de abril do corrente, mas até agora não houve o seminário de sensibilização conforme acordado no ano passado e aprovado em plenária do CES. A Maria Leonor já tem um pré-projeto para esse seminário, porém a SESA não dispõe recurso do Tesouro para a realização do mesmo. Assim, é necessário que a plenária do CES aprove o financiamento desse projeto com o dinheiro do PARTICIPASUS. Lembramos que a Mesa Permanente Estadual de Negociação do SUS está no Plano Estadual de Saúde e necessita ser implantado e implementado.

3-Foi solicitado que a SESA fizesse um relato sobre a construção do PCCV entre a SESA e os trabalhadores. Este relato foi feito, o trabalho foi concluído, porém a SEAD não deu andamento e o processo está parado. Lembramos que a implantação do PCCV próprio da Saúde está dentro do Plano Estadual de Saúde do Governo e seria implantado até maio de 2009. Maria Leonor da SESA respondeu que o secretário de saúde está organizando uma resposta quanto aos itens daquele plano construído que está discordante entre as partes para chegar-se a um consenso e dar algum prosseguimento. Também foi cobrada pelo SINDSAÚDE a audiência pública sobre o PCCV, e Maria Leonor responde que é necessário aguardar a resposta do Secretário até o dia 30 de setembro para depois tomar alguma posição. Soraia argumentou que se esperará só até esta data e na reunião de outubro colocará para votação na plenária do CES para que se vote pela audiência pública convocada pelo CES, para que este processo não pare, pois é a expectativa de todos os funcionários de carreira da SESA.

4- O calendário de formação/educação permanente na agenda Estadual de Saúde de 2009. Foi respondido que existe a Escola de Saúde Pública do Paraná e o Centro Formador, mas eles não fazem de forma continuada um programa de capacitação permanente dos

funcionários da Saúde Pública, e é necessário haver uma cobrança junto ao Secretário de Saúde para que nossos funcionários sejam permanentemente reciclados e treinados em suas funções para desempenhar um bom atendimento ao usuário e que esses cursos sejam contados para promoção e/ou progressão quando forem realizados.

5-Sobre a pergunta dessa comissão sobre o percentual de servidores que executam a jornada de trabalho estabelecida em lei federal conforme diz no Plano Estadual de Saúde p. 164, a SESA respondeu que os funcionários estão regidos pela lei 13666/02 e pelo decreto governamental 4345/2005 que diz que as profissões que possuem lei federal estabelecendo uma carga horária menor de trabalho complete o horário em outra função, administrativa, por exemplo. Soraia argumentou que isto fere o Estatuto do Servidor Público do Paraná que diz que os funcionários não podem ter desvio de função, e nesse caso estão fazendo trabalhos não condizentes com sua função. Continuam sobrecarregados e descumprindo uma lei federal que é superior a leis estaduais e municipais. Isto precisa ser corrigido urgentemente, pois está acarretando adoecimento do RH do SUS e prejudicando o atendimento do usuário final que é o nosso objetivo.

6-Também foi discutido um relatório trazido pelo SINDSAÚDE que versa sobre o Hospital Infantil de Campo Largo e o Hospital de Francisco Beltrão que já deveriam estar atendendo o público e até agora estão parados. Foi realizada uma visita em agosto para o HICL e era prevista sua inauguração em 1/09/2009, porém até agora não houve a inauguração por conta de problemas estruturais do prédio, porém os funcionários do teste seletivo do edital 026 foram contratados, estão recebendo o salário, mas prestando serviço no HOC e HT, o que é irregular de acordo com a lei 108 de 2005 que versa sobre contratação de pessoal em caráter de emergência, epidemias ou de hospitais já prontos e sem RH para funcionar. Nesse caso ambos não tem data para iniciar os trabalhos e poderia se esperar o concurso público para chamar pessoas permanentes. Maria Leonor contra-argumentou que esses funcionários não tem experiência na área pública e precisam estar pertos de funcionários com experiência para aprender o serviço. Soraia fala que para adquirir experiência esses funcionários precisam trabalhar com funcionários de carreira e que seus chefes precisam ser pessoas do próprio quadro da SESA e não aqueles convidados por conchavos como ocorre hoje dentro do governo.

Foi decidido que será remetido estes questionamentos ao plenário do CES para deliberação do seminário da mesa permanente de negociação do SUS, e a discussão quanto a esse edital dos dois hospitais em construção que fere a lei 108/2005 e onera o Estado pagando por funcionários que não estão nos hospitais de origem do contrato e esses serviços não estão sendo oferecidos para a população.

Sem mais assuntos encerrou-se essa reunião que eu Soraia relatei por ausência da relatora da comissão que hoje estava em outras atividades do CES.